

NOVAMENTE HÁ SINAIS DE AMBIVALENCIA DO GOVERNO SOBRE O RUMO DA POLITICA ECONOMICA

ROGÉRIO FURQUIM WERNECK

Está de volta a velha ambigüidade do governo acerca da condução da política econômica. Seria ingênuo esperar que não fosse voltar a aflorar. O surpreendente é que esteja reaparecendo tão cedo.

Com o País ainda se recuperando da traumática experiência do início do ano, é espantoso que já haja espaço para ambigüidade. Afinal, a esta altura, ainda é difícil enxergar encruzilhadas relevantes. O único caminho responsável parece ser assegurar o avanço do processo de restauração de credibilidade que vem tendo lugar desde o início de março, levando à frente com determinação o programa de ajuste macroeconômico acordado com o FMI. Uma parte do governo, é claro, parece não ter nenhuma dúvida a este respeito. Mas há outra que não esconde a sua disposição de dar por finda a consolidação da estabilização, para passar, desde já, à "retomada do desenvolvimento econômico e social".

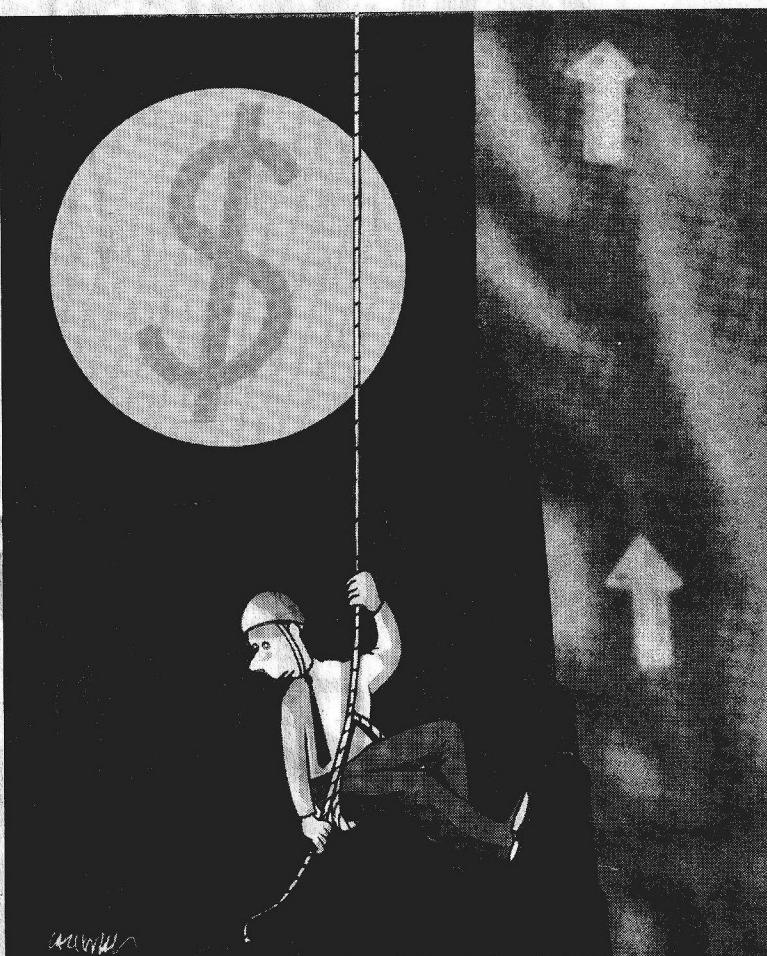
As evidências desta ambigüidade vêm aflorando com particular nitidez nas negociações políticas ensejadas pelas convenções dos principais partidos que compõem a ampla coalizão de forças que dá apoio ao governo. No próprio partido, o presidente parece ver com bons olhos o avanço do que

Furor desenvolvimentista parece ter-se tornado aventura insuportavelmente cara para o País

vem sendo rotulado de "articulação desenvolvimentista". No entanto, há poucos dias, um porta-voz deste movimento, defendendo na mídia a necessidade de uma "virada do segundo mandato", sentiu-se

mais conhecido, que traz à mente episódios de complacência com o furor "desenvolvimentista" que acabaram tendo desdobramentos lamentáveis durante o primeiro mandato. Em um deles, o governo foi colhido pela crise da Ásia justamente quando, em meio a um acesso de irresponsabilidade fiscal, acalentava a possibilidade de canalizar as receitas de privatização para um fantasioso programa de financiamento de investimentos.

Trata-se de um filme por de-



de 1997, para atenuar o impacto da crise asiática. Bem se sabe o quanto essa imprudência contribuiu para amplificar a vulnerabilidade da economia brasileira à crise da Rússia, poucos meses depois.

A possibilidade de cumprimento das metas de ajuste fiscal ainda permanece condicionada por incertezas de todo tipo. É mais do que sabido que não há nenhum espaço nas contas públicas para fantasias sobre um segundo mandato baseado na expansão do dispêndio público e na farta distribuição de subsídios, com lugar de destaque para o sonhado Ministério da Infra-Estrutura.

O mais lamentável – triste ironia – é que este extemporâneo ressurgimento do "desenvolvimentismo" na verdade conspira contra a possibilidade de uma retomada ordenada e sustentada do crescimento no futuro próximo. Quanto mais fortes se tornarem as evidências de que o governo está novamente dividido, e perdendo convicção sobre a necessidade de levar adiante o esforço de ajuste fiscal e o programa remanescente de reformas, mais comprometido estará o processo de recuperação de credibilidade, que tanto avançou desde o início de março. Quanto mais comprometido este processo, mais restrito será o espaço para redução da taxa de juros e melhora do padrão de financiamento externo da economia. E, portanto, mais remoto o cenário de redução do desemprego e retomada sustentada do crescimento. Desta perspectiva, dar novo alento ao "desenvolvimentismo" parece ter-se tornado uma aventura insuportavelmente cara.

■ Rogério Furquim Werneck é professor de Economia da PUC-Rio